

A EVIDENCIAÇÃO QUANTITATIVA DOS INVESTIMENTOS AMBIENTAIS COM O AUXÍLIO DO BALANÇO SOCIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

*Alexandre Costa Quintana
Flávia Verônica Silva Jacques
Alex Sandro Rodrigues Martins
Paula Roberta Pereira Costa Valle
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)*

RESUMO:

As empresas, na atual conjectura da economia mundial, estão cada vez mais preocupadas em evidenciar suas ações sociais e ambientais com o intuito de demonstrar, perante seus usuários, suas políticas relacionadas à sustentabilidade. O Balanço Social (BS) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) possuem a função de ajudar as empresas a prestar contas das suas ações de ordem financeira, econômica, social e ambiental. As empresas procuram formas de evidenciar suas ações relacionadas com a Responsabilidade Social, mas será que isso é o suficiente para ajudar na sustentabilidade do planeta para gerações futuras? Nesse contexto, o objetivo geral desse estudo é investigar como estão sendo evidenciados os investimentos ambientais, em termos quantitativos, das empresas que participam do Programa em Boa Companhia da Bovespa, por meio do Balanço Social e da DVA, no período de 2009 a 2010. A presente pesquisa, em termos metodológicos, caracteriza-se como descritiva, quanto aos procedimentos é documental, com abordagem quantitativa. Com as informações colhidas observou-se que a distribuição do valor agregado está direcionada para os Impostos e Pessoal. Por fim, evidencia-se que a amostra de empresas que participam do Programa em Boa Companhia da Bovespa poderia contribuir de forma mais ativa em prol dos assuntos ambientais e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Balanço Social; Demonstração do Valor Adicionado; Sustentabilidade Empresarial.

ABSTRACT

Companies in the current conjecture in the world economy, are increasingly concerned about their evidencing social and environmental actions in order to demonstrate before their users, their policies related to sustainability. The Social Balance (BS) and the Value Added Statement (DVA), have a role in helping firms to provide accounts of their actions in financial, economic, social and environmental. Companies looking for ways to show your actions related to social responsibility, but is this really enough to help the sustainability of the planet for future generations? In this context, the general objective of this study is to investigate how they are being shown the environmental investments of companies participating in the Program in Good Company's Bovespa, through the Social and the DVA in the period 2009 to 2010. This research, in methodological terms, it is characterized as descriptive as to the procedures is documentary with a quantitative approach. With the information gathered showed that the distribution of value added is directed to the Tax and Personal. Finally, it is clear that the sample of firms that participate in the Program in Good Company Bovespa could contribute more actively in support of environmental and social issues.

KEY WORDS: Social Balance; Value Added Statement; Corporate Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

As empresas, na atual conjectura da economia mundial, estão cada vez mais preocupadas em evidenciar suas ações sociais e ambientais com o intuito de demonstrar, perante seus usuários, suas políticas relacionadas à sustentabilidade. Segundo Corrêa (2010), atualmente as empresas possuem uma grande preocupação em evidenciar seus investimentos na área social e ambiental, em parte para cumprir a legislação e, em outra, para se adequar às exigências do mercado, em que os investidores, na sua grande maioria, se interessam em aplicar seus recursos em empresas socialmente responsáveis.

A Contabilidade nesse processo de evidenciação de informações possui um importante papel, que é subsidiar os empresários na elaboração dos Demonstrativos Contábeis da empresa, bem como, de demonstrativos que reflitam sua postura socialmente responsável, como o Balanço Social (demonstrativo voluntário) e a Demonstração do Valor Adicionado (demonstrativo obrigatório às companhias de capital aberto).

O Balanço Social (BS) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) possuem a função de ajudar as empresas a prestar contas das suas ações de ordem financeira, econômica, social e ambiental. Esses demonstrativos são de grande utilidade para evidenciação da Responsabilidade Social. Segundo Souza (2008), o Balanço Social é um demonstrativo contábil que tem como objetivo principal tornar pública a Responsabilidade Social, prestando contas (*accountability*) das operações e dos impactos econômicos, sociais e ambientais provocados sobre a sociedade e o meio ambiente. Dentre seus interessados estão os acionistas (*shareholders*) e os demais usuários (*stakeholders*).

A DVA, conforme Almeida et al (2009), é uma importante ferramenta de gerenciamento, planejamento e controle social, pois esse demonstrativo tem a capacidade de medir não apenas o resultado, mas também seu impacto na sociedade. De acordo com Fregonesi (2009), a Demonstração do Valor Adicionado (parte integrante do Balanço Social) é direcionada para a sociedade, pois mostra como a empresa distribuiu o seu valor agregado para os seus *stakeholders*, ou seja, todos os seus interessados e não apenas os acionistas.

As empresas, visivelmente, procuram formas de evidenciar suas ações relacionadas com a Responsabilidade Social, mas será que esse interesse é o suficiente para ajudar na sustentabilidade do planeta para gerações futuras?

Nesse contexto, o objetivo geral desse estudo é investigar como estão sendo evidenciados os investimentos ambientais, em termos quantitativos, das empresas que participam do Programa em Boa Companhia da Bovespa, por meio do Balanço Social e da DVA, no período de 2009 a 2010.

Quanto aos objetivos específicos, são os seguintes:

- Verificar quais empresas participam do Programa em Boa Companhia da Bovespa;
- Verificar quais destas empresas utilizam o Balanço Social para evidenciar os investimentos ambientais;
- Analisar como se comportam os investimentos ambientais em relação a receita líquida e a receita operacional nos anos de 2009 e 2010;
- Verificar como está distribuído o Valor Adicionado.

Foram escolhidos o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado para análise, pois essas demonstrações contábeis configuram-se como instrumentos úteis na geração de informações para o processo de tomada de decisões das empresas e também no desenvolvimento de políticas voltadas para a sustentabilidade empresarial.

Ainda, essa pesquisa se constitui em uma oportunidade para observar como as empresas estão tratando as questões ambientais e como a contabilidade está inserida nesse processo, com o auxílio do Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado. Os resultados podem indicar a atual situação desse processo e proporcionar futuros estudos nesse campo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para um melhor entendimento sobre a evidenciação dos Investimentos Ambientais por parte das empresas se faz necessário conhecer os seguintes assuntos: Responsabilidade Social, Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado e Sustentabilidade Empresarial, os quais serão discorridos a seguir nesse trabalho científico.

2.1. Responsabilidade Social

A partir do início do século XX, registram-se inúmeras manifestações, de ordem mundial, em favor da Responsabilidade Social (RS). Até o século XIX, a RS era aceita como doutrina nos EUA e na Europa, em que o direito de conduzir os negócios de forma corporativa eram prerrogativas do Estado e da Monarquia e não de interesse econômico privado. Contudo, só nos anos 60, nos Estados Unidos, e na década seguinte na Europa – especialmente França, Alemanha e Inglaterra – é que a sociedade iniciou a cobrança por maior responsabilidade social das empresas e consolidou-se a própria necessidade de divulgação dos chamados balanços e relatórios sociais. Atualmente, com a globalização dos mercados, surge uma nova dinâmica que vem alterando o perfil corporativo e estratégico das empresas. Além da adequação aos novos padrões, como eficiência e qualidade, crescem as exigências por uma reformulação profunda da cultura e da filosofia que orientam as ações institucionais. A sociedade, cada vez mais consciente e conhecedora de seus direitos, exige das empresas um reestudo do seu papel nesse novo cenário. Para as empresas, passa a ser um diferencial a sua atuação moldada sob novas referências, conceitos e valores, buscando uma nova postura no desenvolvimento de seus negócios e no relacionamento com seu meio de atuação (PASSADOR, 2002).

De acordo com Domeneghetti (2008) uma empresa que trabalha em conjunto com todos os outros problemas sociais e ambientais que a cercam está contribuindo para garantir a sustentabilidade social e um modelo econômico mais justo e viável.

A responsabilidade social empresarial envolve dois fatores na sua formação, segundo Rico (2004), sendo estes fatores: a ética e a transparência nas ações das organizações. Esses fatores devem estar inseridos no cotidiano das empresas, por representarem parte de suas políticas sociais e ambientais.

As entidades são julgadas pela sociedade mediante o impacto que ocasionam no ambiente, com isso, as organizações que apóiam suas estratégias na responsabilidade social podem gerar vantagem competitiva sobre seus concorrentes. O conceito de RS está associado ao reconhecimento de que as decisões e os resultados das atividades das empresas alcançam um universo de agentes sociais muito mais amplo do que o composto por seus sócios e acionistas. Muitas decisões corporativas têm seus reflexos além do mercado consumidor, abrangendo a sociedade em geral (STECKLING, 2004).

Não obstante a preocupação das empresas por essas questões, é notório que as organizações, há muito tempo, não podem mais ser vistas como uma ilha, em que os resultados de suas operações são destinados apenas aos acionistas, mas como uma célula social, cujo maior reflexo é a mudança gerada nas vidas dos agentes econômicos a sua volta (CARVALHO, 2007).

Assim, este tema ganha amplitude com as definições de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Responsabilidade Social Empresarial (RSE) que tem o mesmo significado, embora a RSE é

mais ampla e abrange todos os tipos de organizações, enquanto RSC é limitada à área de negócio (CHIRINO, 2011).

A Responsabilidade Social Empresarial se baseia na compreensão de que a empresa é um conjunto de relações interligadas (explícita ou implícita) entre indivíduos e/ou grupos de indivíduos, e partes interessadas que podem afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos da empresa (CHOUSA e CASTRO, 2011).

2.2. Balanço Social

Na década de 60, nos Estados Unidos, pesquisas indicam que se iniciou o processo de prestação de contas de atividades na área social e ambiental, por parte das grandes corporações. O repúdio da população à guerra do Vietnã deu início a um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de empresas que, de alguma forma, estavam ligadas a esse conflito armado. Várias instituições da sociedade civil, como as igrejas e fundações, passaram a denunciar o uso de armamentos sofisticados (gases paralisantes, napalm, etc.) que dizimavam civis inocentes, afetavam negativamente o meio ambiente e colocavam em risco a própria sobrevivência do homem no planeta. A sociedade, na avaliação de grupos pacifistas, não poderia ficar indiferente às ações letais das companhias. Visando reagir às pressões da sociedade, que exigia uma nova postura ética, as empresas passaram a prestar contas de suas ações, com o intuito de melhorar sua imagem junto a consumidores e acionistas (BALDO, 2002).

A pressão dos cidadãos através de associações, sindicatos, clube de investidores, segundo Baldo (2002), fizeram com que as empresas procurassem alternativas capazes de atender a essas reivindicações sociais. Uma das soluções encontradas, foi a elaboração e divulgação de relatórios com informações de caráter social, em que refletiu-se no que hoje se chama de Balanço Social.

Com a exigência do mercado, dos consumidores e empregados, as empresas tiveram que buscar alternativas para evidenciar a sua preocupação pelas questões sociais e ambientais e, segundo Azevedo e Cruz (2006), o instrumento que tem sido utilizado para divulgar estas informações é o Balanço Social (BS), no qual é possível verificar as relações da entidade com os seus colaboradores, com a comunidade e com o meio ambiente. É, portanto, um registro do perfil social da empresa.

Nos últimos anos, especialmente na Europa, tem-se observado a elaboração de uma nova demonstração, a partir da contabilidade, que foi denominada de Balanço Social. Todavia, o que vem a ser Balanço Social e a quem se dirige? O Balanço Social tem sua origem na contabilidade das empresas. Como sabe-se, é normalmente através da contabilidade que as entidades divulgam aos seus diferenciados usuários o seu desempenho econômico e financeiro (TINOCO, 1993).

Na maioria dos países europeus em que se divulga o balanço social, sua elaboração e publicação são voluntárias, porém na França, em Portugal e na Bélgica, por exemplo, são obrigatórias. A Holanda foi o primeiro país do mundo a ter publicados seus *social jarverslag* (relatórios sociais). Na Alemanha, a identificação do social à ecologia e às condições de trabalho faz parte de relatórios sociais. Na Grã-Bretanha, várias empresas fornecem informações mais amplas a seus usuários, dentre eles seus próprios empregados. Também na Espanha o balanço social é voluntário, sendo elaborado pelas empresas que julgam ser importante a comunicação transparente de suas ações corporativas. No entanto, especificamente na área ambiental, importantes mudanças ocorreram na Espanha em 2002, ano em que foi introduzida a obrigatoriedade de fornecimento de informações ambientais. Foi por meio da Resolução nº 6.389, de 25 de março de 2002, que o Instituto de Contabilidade e Auditoria de Contas (ICAC) aprovou as normas para reconhecimento, avaliação e informação dos aspectos ambientais das contas anuais (CUNHA E RIBEIRO, 2008).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (IBASE) tornou-se o pioneiro no assunto Balanço Social no Brasil. O modelo deste demonstrativo proposto pelo IBASE é utilizado até hoje por vários segmentos da sociedade tornando-se uma referência nesse assunto. O Instituto tem como objetivo principal estimular o exercício da democracia entre a população, assim contribuindo para solução de problemas sociais. O Balanço Social já está sendo utilizado por muitas empresas no Brasil como um gerenciador de negócios, onde o mesmo contempla informações relevantes para direcionar as ações da empresa em busca do crescimento sem afetar o meio onde ela está inserida. A adesão a este demonstrativo gerencial não deve restringir-se somente às grandes corporações, mas também a todas as entidades que desempenham atividades relevantes na comunidade em que estão inseridas. Apesar de toda discussão realizada, há estudos demonstrando que as empresas ainda não incorporaram a idéia de responsabilidade social às práticas cotidianas de gestão, indo contra aos anseios dos seus usuários externos e internos (CUNHA E RIBEIRO, 2008).

Além do Balanço Social, outro demonstrativo, recentemente tornado obrigatório para as Sociedades Anônimas de capital aberto, que está relacionado com informações sobre responsabilidade social é a Demonstração do Valor Adicionado.

2.3. Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é utilizada pelas organizações para expor a sua participação na busca da sustentabilidade empresarial, segundo Corrêa (2010), ela é de cunho econômico-social, com o propósito de evidenciar a riqueza e sua distribuição aos agentes que contribuíram para a sua geração, ou seja, uma forma de prestação de contas por parte da empresa aos seus usuários não somente no campo econômico, mas também no campo social e ambiental. Corrobora Welter, Oberger e Vanzella (2005), que a DVA evidencia a forma de distribuição da riqueza gerada aos seus empregados, financiadores, acionistas e governo, com o objetivo de demonstrar a real contribuição da entidade aos diversos fatores econômicos da sociedade.

Uma das maneiras de se analisar o desempenho econômico e social das entidades é observando seu valor econômico agregado aos bens e serviços adquirido de terceiros, valor este denominado de valor adicionado ou valor agregado. Conceitualmente o valor adicionado é a diferença em determinada etapa entre o valor bruto da produção e os consumos intermediários nessa etapa. Com isso o Produto Nacional pode ser conhecido pela soma dos valores agregados, em determinado período de tempo, em todas as etapas dos processos da produção do país. A soma dos valores adicionados de uma nação é seu Produto Interno Bruto (PIB) (TINOCO, 2001). Com esse mesmo pensamento Hahimoto e Santos (2003), descrevem que a elaboração da DVA pelas organizações tem como consequência a geração de informações para subsidiar a árdua tarefa de estimar o PIB.

Esse demonstrativo contábil de acordo com Tinoco (2001), a partir da sua elaboração e publicação por parte das organizações em muito enriqueceria a informação contábil e social, com isso a contabilidade estaria intimamente ligada ao processo de evidenciação das informações no aspecto social e ambiental das entidades e automaticamente ajudará as empresas a apresentar uma atitude Socialmente Responsável. A DVA não tem o objetivo de substituir a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), cuja função principal é informar como se forma o lucro ou prejuízo de determinado período ao acionista. A Demonstração do Valor Adicionado tem como objetivo primordial fornecer informação a diversos grupos de participantes nas operações, ou seja, os *stakeholders* e não apenas aos sócios. Conforme Almeida et. al. (2009), os dados predominantes na DVA servem como base para a efetivação de análises contábeis que possam identificar a relação da empresa, tanto com os agentes internos, como os empregados, administradores, sócios e acionistas; quanto com os agentes externos, representados pelo governo, sindicatos, financiadores e credores e etc.

A Demonstração do Valor Adicionado, conforme Fregonesi (2009) evidencia a riqueza adicionada pela empresa à economia do país, mostrando como foi distribuído o valor agregado. As

informações dela geradas compõem relatórios utilizados pelas empresas para evidenciar os investimentos ambientais e sociais; são eles: o *Global Reporting Initiative* (GRI), e o Balanço Social.

Conforme Santos (2003), a DVA deve ser elaborada com base em dados oriundos da contabilidade, portanto, extraídos de registros efetuados de acordo com os Princípios de Contabilidade, os quais são oriundos em muitos casos da DRE.

No Brasil, segundo Corrêa (2010), a publicação da DVA tem sido incentivada já há algum tempo, devido a sua importância socioeconômica e essa tendência na divulgação das informações sociais vem crescendo nos últimos anos comprovando a necessidade das entidades estarem preparadas para essa nova fase.

De acordo com Fregonesi (2009), a Demonstração do Valor Adicionado tornou-se obrigatória para as companhias de capital aberto que atuam no mercado brasileiro, a partir da Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e deixou facultativo para as demais sociedades anônimas de Capital Fechado e Limitadas (LTDA), a sua elaboração. Essas mudanças fazem parte para harmonizar as regras contábeis brasileiras com os pronunciamentos internacionais, especialmente os do *International Accounting Standards Board* (IASB), apesar da DVA não constar dos comunicados desse órgão. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), após a Lei nº 11.638/07, emitiu, entre os outros pronunciamentos, o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Este pronunciamento, assim como Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais - NBC TG 09, traz informações sobre a finalidade, estrutura e elaboração da DVA.

Assim, a Demonstração do Valor Adicionado representa uma excelente ferramenta de análise e pode ser utilizada por todos os que pretendem conhecer melhor as relações da sociedade. A utilização desse demonstrativo, no conjunto de informações produzidas pelas organizações, pode dar condições de comparação entre grandezas econômicas que, antes, apenas com base nas Demonstrações Contábeis Tradicionais, não eram possíveis (SANTOS, 2003).

2.4. Sustentabilidade empresarial

No final do século XX, ocorreu um crescimento da consciência da sociedade em relação a degradação do meio ambiente decorrente do processo de desenvolvimento. O aprofundamento da crise ambiental, juntamente com a relação sistemática sobre a influência da sociedade nessa evolução, conduziu a uma nova fase denominada de desenvolvimento sustentável. Esse conceito alcançou um destaque inesperado a partir da década de 1990, tornando-se um dos termos mais utilizados para se definir um novo modelo de crescimento que visasse não apenas o bem próprio, mas também o de gerações futuras, e o reflexo desse movimento foi sentido pelas organizações, onde as mesmas não poderiam ficar paradas e começaram a levar em conta nas suas decisões as questões ambientais e sociais (VAN BELLEN, 2004).

Neste contexto, as empresas passaram a incorporar a sustentabilidade empresarial em seu plano estratégico, evidenciando em seus relatórios as ações direcionadas para lado socio-ambiental, adotaram sistemas de gestão que valorizassem a sua Responsabilidade Social e investiram em procedimentos que reduzissem os impactos que suas atividades causam ao meio ambiente (ROVER, BORBA e BORGERT, 2008). De acordo com Araújo et. al. (2006), Sustentabilidade é a capacidade de se auto-sustentar, de se auto-manter. Uma atividade sustentável é aquela que pode ser mantida por um longo período indeterminado de tempo, ou seja, de forma a não se esgotar nunca, apesar dos imprevistos que podem vir a ocorrer durante este período.

As empresas, conforme Amaral (2003) devem planejar suas atividades de uma maneira sustentável e não apenas somente pensar em cumprir as leis ambientais, agindo dessa forma elas estão pensando no seu futuro e também no planeta.

A sociedade moderna está cada vez mais atenta à maneira como as entidades realizam seus negócios. Os empresários interessados nas tendências do mercado sabem que os consumidores aumentaram seus níveis de exigência no tocante à ética e transparência das organizações, por isso o comprometimento por parte das empresas nessas questões pode tornar-se diferenciais, na escolha do cliente (NOVAIS, 2010).

No entanto, existem diversos empresários que permanecem adeptos a antigos conceitos, os quais têm uma visão de negócios que se limita à obtenção do lucro direto. Para estes, a necessidade de tornar o negócio sustentável é algo desvinculado de objetivos comerciais. O desenvolvimento sustentável, por exemplo, é encarado como um elemento gerador de custos e, como tal, constitui uma limitação à competitividade. Na visão desses gestores, as “políticas verdes” da empresa podem ser inseridas, no âmbito do marketing ou das ações sociais, mas na verdade a produção verde minimiza custos: os investimentos necessários à implantação de métodos de produção mais limpa e de mecanismos voltados a economizar insumos são compensados pela conseqüente redução de gastos. As inovações organizacionais e tecnológicas inerentes a uma entidade sustentável são, portanto, fontes de lucro e de receita. Ao repensar produtos, tecnologias, processos e modelos de negócio, o gestor adquire vantagem competitiva. A caminhada rumo a um modelo produtivo que valorize o ser humano e o meio ambiente, sem abrir mão do lucro e da geração de riquezas, é irreversível (NOVAIS, 2010).

A geração de benefícios econômicos, ambientais e sociais, de acordo com Costa et. al. (2009), nos tempos atuais depende do desenvolvimento global, o qual está diretamente ligado às novas tecnologias e à pressão que os seus interessados exercem nas entidades para melhor aproveitamento dos recursos naturais e a diminuição dos impactos ambientais.

Para Ometto (2011), o Brasil é uma nação rica em recursos naturais e gera um bom ambiente para o desenvolvimento do Parque Industrial e isso contribui para uma postura proativa em prol do meio ambiente e o advento de uma nova economia ancorada em fontes energéticas limpas e renováveis.

Souza (2008) ressalta que para pensar em sustentabilidade, deve-se primeiro pensar em uma Educação Ambiental voltada para a preservação, ou seja, é necessário que haja uma consciência de todos os envolvidos nesse processo de cuidado do meio ambiente para gerações futuras.

Matematicamente, ser sustentavelmente é rentável no que se refere à liquidez da empresa. Baseando-se nisso, o maior desafio de muitas entidades preocupadas com o meio ambiente é aliar um alto grau de liquidez à sustentabilidade. E isso, com o tempo, muito possivelmente será verificado, pois são questões comprovadamente atreladas, através dessa fórmula, que evidencia a utilização do que se ganha e se perde a longo prazo para mensurarmos o lucro. Logo, não é uma simples publicidade dizer que agir sustentavelmente em longo prazo é benéfico para uma empresa. Além de ajudar as pessoas e o planeta, colabora com as próximas gerações, é contábil e matematicamente mais rentável. Assim, alia-se lucro a benefícios, e todos têm benefícios (ZANOTELLI, 2011).

Além disso, conforme Molina e Clemente (2010), verifica-se que nas atividades das empresas socialmente responsáveis o retorno é superior para o mesmo risco, em relação às que não atendam esse requisito, o que poderia representar um incentivo aos investidores.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois segundo Silva (2006), seu objetivo principal é descrever as características de uma população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis, dessa forma o trabalho proporciona uma visão mais ampla do problema, por meio da evidência dos investimentos ambientais mediante a análise do Balanço Social das empresas que

participam do Programa em Boa Companhia da Bovespa, que possuem projetos cadastrados nesse programa na área ambiental, no período de 2009 a 2010.

Quanto aos procedimentos, é uma pesquisa documental, pois analisa a documentação das empresas selecionadas. Silva e Grigolo *apud* Beuren (2006), explicam que essa técnica consiste em selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, para depois tentar extrair conclusões que possam ser úteis para o estudo.

A abordagem dessa pesquisa é essencialmente quantitativa, pois segundo Martins e Theóphilo (2011), as pesquisas quantitativas são aquelas em que os dados e as evidências podem ser quantificadas, ou seja, mensuradas.

A coleta de dados foi baseada na técnica da pesquisa-levantamento em que consiste, segundo Silva (2006), na obtenção de dados em uma determinada população, com base em um grupo selecionado de forma clara e direta, dos quais se pretende conhecer o comportamento.

A amostra foi definida por acessibilidade ou conveniência que, segundo Beuren (2006), é um tipo de amostragem onde o pesquisador obtém os dados a que tem maior facilidade de acesso. Nesse caso, foi escolhida as Empresas que participam do Programa em Boa Companhia da Bovespa, em que possuem projetos ambientais e sociais cadastrados nesse programa, no período de 2009 a 2010.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A população da presente pesquisa abrange as empresas de capital aberto que possuem ações negociadas na Bovespa. A amostra contempla 30 companhias que participam do programa em Boa Companhia e possuem projetos cadastrados na área ambiental até a data de 01 de setembro de 2011, tanto do setor privado como estatal no biênio 2009 a 2010.

Para análise das informações, foram verificados os demonstrativos: Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado, das empresas controladoras, com intuito de abordar uma gama maior de informações e com isso minimizar possíveis distorções nos resultados encontrados. As empresas que compõem a amostra são apresentadas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1. Relação de Empresas Participantes do Programa em Boa Companhia da Bovespa com Projetos Cadastrados na Área Ambiental.

	EMPRESAS	SEGMENTO	ESTADO	QUANTIDADE PROJETOS
1	ALL AMERICA LATINA LOG	TRANSPORTE DE CARGAS	PR	2
2	ARACRUZ	PAPEL E CELULOSE	ES	3
3	BANCO BARDESCO	BANCO	SP	2
4	BANRISUL	BANCO	RS	3
5	BM E BOVESPA	BOLSA DE VALORES	SP	1
6	BRASKEM	PETROLEO	SP	4
7	CCR	CONCESSIONARIA PUBLICA	SP	2
8	CELESC	ENERGIA ELETRICA	SC	3
9	CELULOSE IRANI	PAPEL E CELULOSE	RS	9
10	CEMIG	ENERGIA ELETRICA	MG	1
11	COMGÁS	DIST. DE GÁS	SP	1
12	COSAN	FAB. ENERGIA C/ CANA	SP	2
13	DIAGNOSTICO AMERICA	ANALISES CLINICAS	SP	2
14	DUKE	ENERGIA ELETRICA	SP	1
15	DURATEX	FABRICA DE MOVEIS	SP	1

16	EDP	ENERGIA ELETRICA	SP	2
17	GRUPO PÃO DE AÇUCAR	SUPERMERCADO	RJ	2
18	INVEPAR	CONSTUTORA	RJ	4
19	KLABIN	PAPEL E CELULOSE	SP	3
20	NATURA	COSMESTICOS	SP	1
21	ODONTOPREV	SER. MED. ODONT.	SP	5
22	OHL	CONCESSIONARIA PUBLICA	SP	1
23	PORTO SEGURO	SEGURADORA	SP	4
24	SABESP	DIST. DE AGUA	SP	4
25	SOUZA CRUZ	FUMO	RJ	5
26	SUZANO PAPEL E CELULOSE	PAPEL E CELULOSE	SP	1
27	SUZANO PETROQUIMICA	PETROLEO	SP	1
28	TAM	AVIAÇÃO	SP	1
29	UNIBANCO	BANCO	SP	1
30	VCP VOTORANTIM	PAPEL E CELULOSE	SP	1

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com o Quadro 1, participam do Programa em Boa Companhia da Bovespa trinta empresas de diversos segmentos de atividade e regiões do Brasil. Essas organizações possuem setenta e três projetos cadastrados na área ambiental.

A Celulose Irani, situada no Estado do Rio Grande do Sul, é a empresa que possui mais projetos cadastrados no programa. Observa-se, ainda, que o segmento de Papel e Celulose é o que apresenta maior representatividade de projetos, o que pode estar ligado ao fato de que a execução desta atividade relaciona-se diretamente com o meio ambiente. Em seguida, as empresas de energia elétrica representam 13,33% de projetos ambientais cadastrados.

Da amostra inicial da pesquisa, excluíram-se todas as companhias que não divulgaram o Balanço Social e a Demonstração de Valor Adicionado. Desta forma, a amostra final compõe-se de nove companhias, conforme se apresenta no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2. Relação de Empresas que Utilizam o Balanço Social para Evidenciar os seus Investimentos Ambientais (Amostra Final).

EMPRESAS	SEGMENTO	ESTADO
BANCO BRADESCO	BANCO	SP
CELESC	ENERGIA ELETRICA	SC
DUKE ENERGY	ENERGIA ELETRICA	SP
DURATEX	FABRICA DE MOVEIS	SP
EDP	ENERGIA ELETRICA	SP
GRUPO PÃO DE AÇUCAR	SUPERMERCADO	RJ
KLABIN	PAPEL E CELULOSE	SP
SABESP	DISTRIBUIDORA DE AGUA	SP
SUZANO PAPEL CELULOSE	PAPEL E CELULOSE	SP

Fonte: Dados da Pesquisa

São nove as empresas que utilizam o Balanço Social para evidenciar os seus investimentos ambientais. O modelo de Balanço Social utilizado por elas é o proposto pelo IBASE.

Nesta amostra, foram encontrados seis segmentos diferentes. O ramo de energia elétrica é o que possui a maior representatividade (50%, do total). O Estado de São Paulo é o que possui mais empresas que evidenciam os investimentos ambientais por intermédio do BS.

As demais empresas (que não utilizam o Balanço Social para evidenciar seus projetos ambientais) os divulgam com o auxílio do Relatório de Sustentabilidade *Global Reporting Initiative - GRI*, conforme análise feita no *site* de cada uma das trinta empresas que participam do programa em Boa Companhia da Bovespa.

Outros resultados podem ser avaliados a partir do Quadro 3, a seguir:

Quadro 3. Relação dos investimentos Ambientais em Comparação com Resultado Operacional e da Receita Líquida

EMPRESA	2009			2010		
	INVEST. AMB.	RO	RL	INVEST. AMB.	RO	RL
BANCO BRADESCO	16.442	0,16%	0,06%	23.975	0,16%	1,18%
EDP	29.223	3,08%	0,63%	29.409	2,90%	0,58%
DURATEX	10.606	4,10%	0,55%	17.723	2,48%	0,65%
GRUPO PÃO DE AÇUCAR	3.612	0,51%	0,02%	4.857	60,00%	0,02%
SUZANO	8.270	0,72%	0,23%	26.246	2,71%	0,61%
DUKE	11.233	7,40%	1,42%	6.546	2,50%	0,76%
CELESC	74.172	45,43%	2,12%	101.406	28,34%	2,51%
SABESP	31.766	1,50%	0,37%	22.770	85,00%	0,25%
KLABIN	23.121	4,58%	0,78%	39.601	4,54%	1,08%

Fonte: Dados da Pesquisa.

A empresa CELESC, do segmento de energia elétrica, sediada no Estado de Santa Catarina é a empresa que possui um maior percentual, nos dois anos seguidos, em relação ao seu resultado operacional *versus* os investimentos ambientais na ordem de 45,43% e 28,34% respectivamente. Essa mesma companhia também apresenta os maiores percentuais de distribuição da sua receita líquida *versus* os investimentos ambientais na ordem de 2,12% em 2009 e 2,51% em 2010, ou seja, esta empresa foi a que direcionou os maiores percentuais para investimentos ambientais em relação ao seu resultado operacional (RO) e ao resultado líquido (RL), tornando-se, dentre as empresas da amostra, a organização que mais investe em projetos ambientais.

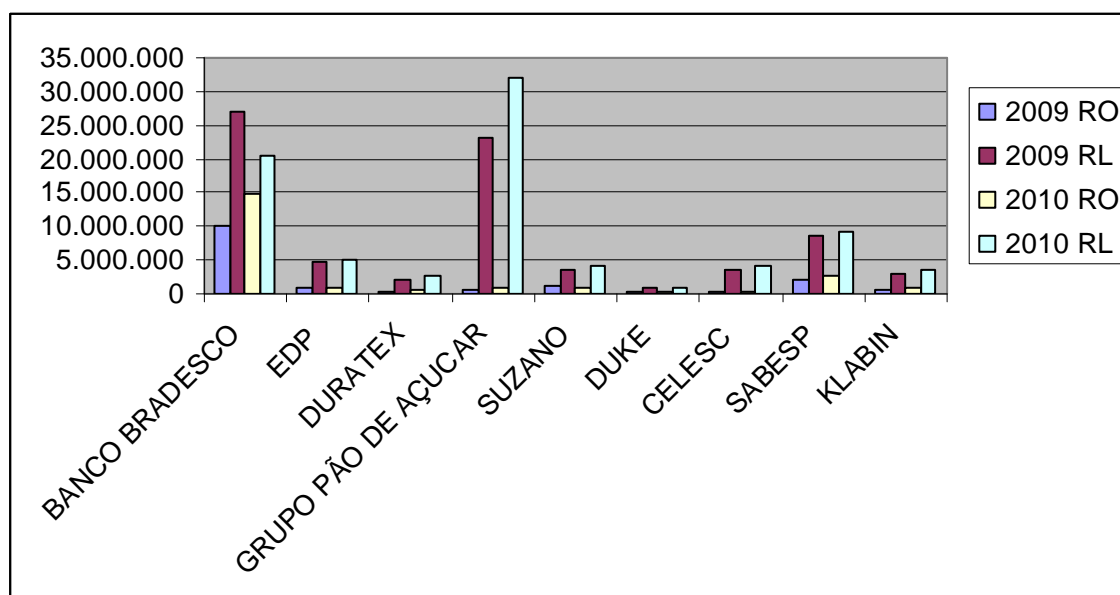
O Banco Bradesco foi à empresa que destinou o menor percentual do seu resultado operacional para os investimentos ambientais, conforme evidenciado em seu BS, sendo 0,16% em 2009 e 0,16% em 2010, mesmo ocorrendo aumento em seus investimentos ambientais e no resultado operacional de um ano para outro.

Já o Grupo Pão de Açúcar foi o que destinou o menor percentual da sua receita líquida para investir em projetos ambientais, representando 0,02% em 2009 e 0,02% em 2010, mesmo havendo aumento em seus investimentos ambientais e na receita líquida de 2009 para 2010.

Mediante estas análises, verificou-se que à aplicação de recursos em investimentos ambientais, em relação ao resultado operacional e receita líquida, não está aumentando de forma proporcional. Observa-se que estas empresas poderiam, mediante revisão de suas políticas ambientais e sociais, aumentar o fluxo de recursos destinados à preservação do meio ambiente e à sustentabilidade.

O Gráfico 1, a seguir, ilustra a evolução do resultado operacional e da receita líquida das empresas componentes da amostra:

Gráfico 1. Evolução do Resultado Operacional e da Receita Líquida



Fonte: dados da Pesquisa.

De acordo com o Gráfico 1, o qual tem como função demonstrar a evolução da Receita Líquida e do Resultado Operacional de cada empresa nos anos estudados, evidenciou que boa parte das organizações estudadas tiveram um aumento nos seus ganhos. A empresa Duratex foi a que obteve o maior crescimento em seu Resultado Operacional e Receita Líquida individualmente. Já a empresa Suzano foi a que teve o maior percentual de diminuição de RO e o Banco do Bradesco foi que apresentou a maior queda na sua Receita Líquida em comparação com as demais. A Tabela 1, a seguir, mostra a distribuição do valor adicionado em 2009:

Tabela 1. Distribuição do Valor Adicionado em 2009

EMPRESAS	PESSOAL	IMPOSTOS	REMUNERAÇÃO CAPITAL TERCEIROS	REMUNERAÇÃO O CAPITALS PROPRIOS	OUTROS
BANCO BRADESCO	27,80%	33,71%	2,37%	36,12%	-
CELESC	17,19%	75,63%	2,33%	4,85%	-
DUKE ENERGY	9,66%	36,78%	21,50%	30,45%	1,61%
DURATEX	35,92%	37,61%	8,78%	17,69%	-
EDP	6,06%	66,02%	9,05%	18,87%	-
GRUPO PÃO DE AÇUCAR	37,70%	22,26%	20,96%	19,08%	-
KLABIN	21,73%	41,77%	26,96%	9,54%	-
SABESP	32,62%	31,62%	2,39%	33,37%	-
SUZANO PAPEL CELULOSE	37,85%	26,40%	-41,86%	77,61%	-

Fonte: Dados da Pesquisa

Do total do valor adicionado distribuído no ano de 2009, verificou-se que 66,67% das empresas direcionaram o seu valor agregado para os impostos e, ainda, que apenas três empresas não seguiram essa tendência, ou seja, distribuíram o seu valor adicionado para Pessoal. Infere-se, mediante estas informações, que a carga tributária no Brasil onera significativamente as organizações.

Verifica-se que as empresas CELESC e EDP distribuíram mais de 50% do seu valor agregado para os impostos, o que demonstra que o ramo de energia elétrica apresenta uma das mais elevadas carga tributária do país. Em consequência desse fato, os outros fatores de distribuição do valor adicionado dessas empresas receberam um menor valor em comparação com as demais.

A remuneração de Capitais de Terceiros, a qual evidencia o pagamento das despesas financeiras e as de juros relativos a qualquer tipo de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outros e os alugueis (incluindo-se as despesas com leasing) pagos ou creditados a terceiros, representa menos de 10% de destinação de valores para 66,67% das organizações.

A empresa Suzano apresentou um percentual negativo de distribuição a Capital de Terceiros, na ordem de - 41,86%, em decorrência do valor negativo da variação monetária e cambial passiva apresentada em 2009. Esse fato foi explicado no Relatório da Administração da empresa, em que o mesmo relata a perda sobre um investimento em moeda estrangeira, compensado em 2010 pelo ganho financeiro sobre o empréstimo externo com a controlada indireta NEMOPAR S/A, influenciada pela variação do Real em relação ao Dólar.

Em relação à Remuneração de Capitais Próprios, a qual mede a remuneração dos proprietários, ou seja, na sua composição estão valores pagos ou creditados aos acionistas ou lucro do período destinados à reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica, a qual seria a parcela do lucro que ficou retida na empresa, nota-se que apenas 22,22% das empresas direcionam menos de 10% do seu valor adicionado para remuneração dos capitais próprios. A empresa Suzano evidenciou um percentual de distribuição do valor agregado para capitais próprios de 77,61%, esse percentual torna-se elevado em razão da remuneração de capitais de terceiros estar negativa.

A Tabela 2 apresenta a distribuição do valor adicionado em 2010:

Tabela 2. Distribuição do Valor Adicionado em 2010

EMPRESAS			REMUNERAÇÃO	REMUNERAÇÃO	OUTROS
	PESSOAL	IMPOSTOS	CAPITAL TERCEIROS	CAPITAIS PROPRIOS	
CELESC	14,55%	74,51%	1,98%	8,96%	-
DUKE ENERGY	7,17%	35,07%	21,80%	34,73%	1,23%
DURATEX	27,41%	33,29%	9,56%	29,74%	-
EDP	5,48%	67,37%	12,46%	14,69%	-
GRUPO PÃO DE AÇUCAR	37,38%	18,78%	24,09%	19,75%	-
KLABIN	23,15%	32,43%	16,45%	27,97%	-
SABESP	23,56%	29,30%	16,48%	30,66%	-
SUZANO PAPEL CELULOSE	25,89%	9,16%	26,13%	38,82%	-

Fonte: Dados da Pesquisa

Do montante da distribuição do valor adicionado no ano 2010, constatou-se que 77,78% das empresas direcionam o seu valor agregado para os impostos e, em comparação com o período anterior, teve um pequeno acréscimo nos valores apresentados. Porém não configura um aumento significativo, com exceção da empresa Suzano, que teve uma redução de 188,21% em decorrência da sua recuperação sobre a variação monetária e cambial passiva.

Assim como em 2009, as empresas CELESC e EDP distribuíram mais de 50% do seu valor adicionado para os tributos em 2010, isso ressalta a acentuada carga tributária do segmento. Observa-se que a empresa DUKE, a qual também faz parte do segmento de energia elétrica, não teve um percentual tão elevado nos dois anos estudados, fato a ser considerado e analisado com mais ênfase em um próximo estudo.

Em relação à remuneração dos capitais de terceiros, as empresas Banco Bradesco, CELESC e Duratex destinaram menos de 10% do seu valor agregado no ano de 2010, ou seja, elas seguiram a mesma tendência do ano anterior. Já a empresa SABESP teve aumento na sua distribuição para 16,48%.

Na análise da Remuneração dos Capitais Próprios, apenas a CELESC distribuiu menos de 10% do seu valor adicionado, já a Klabin, que no ano passado tinha direcionado menos de 10%, em 2010 destinou o percentual de 27,97%.

A empresa Suzano, em 2010, teve uma redução considerável na remuneração dos capitais próprios de 50%. Esse fato pode ter ocorrido em virtude dos demais índices estarem dentro da normalidade, ou seja, a remuneração de capitais de terceiros em decorrência da melhora financeira da empresa esteve dentro de uma coerência.

As outras empresas mantiveram a média de distribuição do valor adicionado de um ano para outro em relação à remuneração de capitais próprios.

Assim como no ano anterior os Impostos e Pessoal foram os itens que receberam maior distribuição de valor adicionado, fortalecendo a imagem da alta carga tributária que afeta as empresas brasileiras e a busca da valorização dos colaboradores, sendo esta uma tendência mundial em consequência da Responsabilidade Social.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo geral investigar como estão sendo evidenciados os investimentos ambientais, em termos quantitativos, das empresas que participam do Programa em Boa Companhia da Bovespa, por meio do Balanço Social no período de 2009 a 2010.

Os resultados obtidos demonstraram que 30% das organizações participantes desse programa se utilizam do Balanço Social para evidenciar os seus investimentos ambientais, sendo que 50% dessa amostra pertence ao setor de energia elétrica. Já o restante das empresas utiliza-se de outros demonstrativos de âmbito social como o Relatório de Sustentabilidade *Global Reporting Initiative* (GRI) para a prestação de contas de suas ações no aspecto social e ambiental para os usuários.

As empresas que fazem uso do BS demonstraram que seus investimentos na área do meio ambiente não apresentam um crescimento proporcional ao crescimento de seus resultados, o que poderia contribuir para a sustentabilidade do planeta.

Isso fica evidente quando se compara a evolução da Receita líquida e do Resultado Operacional com os investimentos ambientais realizados pelas empresas. Nota-se que o grau de crescimento econômico financeiro é muito superior aos valores empregados para projetos de responsabilidade social e ambiental.

Com as informações colhidas por intermédio da DVA, observou-se que a distribuição do valor agregado está direcionada para os Impostos e Pessoal, na maioria das empresas estudadas. Constata-se que essas empresas apesar de sofrerem uma elevada carga tributária, ainda mantém um investimento importante em seus colaboradores, que mesmo indiretamente, acaba refletindo na questão social e ambiental.

Por fim, mediante esse estudo, conclui-se que a amostra de empresas que participam do Programa em Boa Companhia da Bovespa, ainda possuem uma contribuição pouco expressiva nos assuntos ambientais e sociais, mesmo com um importante crescimento nos seus resultados, os investimentos ambientais, em termos quantitativos, são pouco significativos, indicando que apenas,

estão procurando cumprir as exigências mínimas definidas na legislação, sem uma preocupação mais efetiva com as questões ambientais.

Neste sentido, a principal contribuição deste estudo foi evidenciar, que mesmo participando de projetos sociais e ambientais, é necessário que as empresas apresentem em seus demonstrativos resultados mais efetivos, em termos quantitativos, sobre os seus investimentos sociais e principalmente, ambientais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N.S. de; ALMEIDA, L.S. de; MARTINS, V.F.; SOARES, M.J.F. (2009): A Utilização da Demonstração do Valor Adicionado na Análise da Produção e Distribuição de Riqueza entre os Stakeholders: Um estudo de caso da Petrobras. *RIC - Revista de Informação Contábil*, Recife, V. 3, nº 1, p. 134-148.
- AMARAL, S.P. (2003): *Estabelecimento de Indicadores e Modelo de Relatório de Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica: Uma proposta para a indústria de petróleo brasileira*. Tese (Doutorado em Ciências Planejamento Energético). Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- ARAÚJO, G.C. de; BUENO, M.P.; SOUSA, A.A. de; MENDONÇA, P.S.M. (2006): Sustentabilidade Empresarial: Conceito e Indicadores. In: CONVIBRA, III, São Paulo, 2006. *Anais... CONVIBRA*: São Paulo.
- AZEVEDO, T.C.; CRUZ, C.F. da (2006): Balanço Social como Instrumento para Demonstrar a Responsabilidade Social das Entidades: Uma discussão quanto à elaboração, padronização e regulamentação. In: Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro, 53, Rio de Janeiro, 2006. *Anais... CRCRJ*: Rio de Janeiro.
- BALDO, R. (2002): *A Empresa cidadã frente ao Balanço Social*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 24, Salvador, 2002. *Anais... INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*: Salvador.
- BEUREN, I.M. (2006): *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e pratica*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- BORGERT, A.; BORBA, J.A.; ROVER, S. (2008): Como as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) evidenciam os custos e investimentos ambientais? *Custos e @gronegocio on line*, V. 4, nº 1.
- CARVALHO, F.R. de (2007): *Demonstração do Valor Adicionado e Balanço Social: Contribuição de evidenciação para as empresas na Região de Uberaba*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras). Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- CHIRINO, J.B. (2011): La Responsabilidad Social de las Empresas y la Cultura de la Certificación. *Atlantic Review of Economics*, V. 1, pp. 1-20.
- CHOUSA, J.P.; CASTRO, N.R. (2011): Responsabilidad Social Empresarial y resiliencia. *Revista Galega de Economía*, Vol. 20, nº 2, pp. 1-34.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2008): Disponível em: < <http://www.cfc.org.br/> > Acesso em 08 de mai. 2008.
- CORRÊA, M. de F. (2010): *A Evolução da Demonstração do Valor Adicionado no Brasil*. Trabalho de Conclusão (Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- COSTA, F.M.G. da; ESPEJO, M.M. dos S.B.; PANHOCA, L.; SANTOS, C.A. dos (2009): *Índice de Sustentabilidade Empresarial: Evolução das práticas de sustentabilidade empresarial 2005 a 2008*. In: South American Congress on Social And Environmental Accounting Research, 1, Rio de Janeiro, 2009. *Anais...* Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.
- CUNHA, J.V.A. da; RIBEIRO, M. de S. (2008): Divulgação voluntária de informações de natureza social: Um estudo nas empresas brasileiras. *Revista Adm. Eletrônica*, São Paulo, V. 1, nº 1.

- DOMENEGHETTI, D. (2008): *Responsabilidade Social Empresarial como Vantagem Competitiva*. Disponível em [http://www.revistasustentabilidade.com.br/artigos/Responsabilidade Social Empresarial como Vantagem Competitiva_2008](http://www.revistasustentabilidade.com.br/artigos/Responsabilidade_Social_Empresarial_como_Vantagem_Competitiva_2008). Acesso em 19 de agosto de 2011.
- FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2011): Disponível em <http://www.fiesp.com.br/> Acesso em 19 de agosto de 2011.
- FREGONESI, M.S.F. do A. (2009): *Investimentos Socioambientais na Demonstração do Valor adicionado: Formação ou Distribuição do valor Adicionado?* Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) Departamento e Atuária da Faculdade de Economia, administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HASHIMOTO, H.; SANTOS, A. dos (2003): Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre carga tributária. *Revista Adm.*, São Paulo, V. 38, nº 2, p.153-164.
- MARTINS, G. de A.; THEOPHILO, C.R.: *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MOLINA, M.J.C.; CLEMENTE, I.M. (2010): El Comportamiento Financiero de las Empresas Socialmente Responsables. *Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa*. Vol. 16, nº 2, pp. 15-25.
- NOVAIS, L. (2010): *Ser ou Não Ser Sustentável, eis a Questão!*. Disponível em <[http://www.revistasustentabilidade.com.br/artigos/ Ser ou Não Ser Sustentável, eis a Questão!](http://www.revistasustentabilidade.com.br/artigos/Ser_ou_Não_Ser_Sustentável_eis_a_Questão!)>. Acesso em 19 de agosto de 2011.
- OMETTO, J.G.S. (2011): *Aumenta a responsabilidade socioambiental das empresas*. Disponível em <[http://www.revistasustentabilidade.com.br/artigos/ Aumenta a responsabilidade socioambiental das empresas](http://www.revistasustentabilidade.com.br/artigos/Aumenta_a_responsabilidade_socioambiental_das_empresas)> Acesso em 19 de agosto de 2011.
- PASSADOR, C.S. (2002): *A responsabilidade social no Brasil: Uma questão em andamento*. In: Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, VII, Lisboa, Portugal, 8-11.
- PORTAL IBASE (2011): Disponível em: < <http://www.ibase.br/> > Acesso em 02 set 2011.
- RICO, E. de M. (2004): A Responsabilidade Social Empresarial e o Estado uma Aliança para o Desenvolvimento Sustentável. *Revista São Paulo Em Perspectiva*, São Paulo, 18(4).
- SANTOS, A. dos (2003): *Demonstração do valor adicionado: Como o elaborar e analisar a DVA*. São Paulo: Atlas.
- SILVA, A.C.R. da (2006): *Metodologia pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses*. 2ª ed. São Paulo: Atlas.
- SOUZA, A.L. de (2008): *Balanco Social de Instituições Financeiras, Evidenciação da Responsabilidade Social e a Relação com a Cotação de Ações Negociadas em Bolsa de Valores: um estudo multicasos*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UNB, UFPB e UFRN, João Pessoa.
- SOUZA, W.G. de (2011): *A Educação Ambiental e sustentabilidade*. Disponível em <http://www.revistasustentabilidade.com.br/artigos/2008A_Educacao_Ambiental_e_sustentabilidade>. Acesso em 19 de agosto de 2011.
- STECKLING, B.E. (2004): *Responsabilidade Social Nas Organizações Agroindustriais de Medianeira - Pr: Um Estudo Comparativo Entre Empresas Privadas E Cooperativas*. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.
- TINOCO, J.E.P. (1993): *Balanco Social e a Contabilidade no Brasil*. Caderno de Estudos nº 9 – São Paulo – FIECAFI.
- TINOCO, J.E.P. (2001): *Balanco Social uma abordagem da Transparência e da Responsabilidade Publica das Organizações*. São Paulo: Atlas.
- VAN BELLEN, H.M. (2004): Desenvolvimento Sustentável: Uma Descrição das Principais Ferramentas de Avaliação. *Revista Ambiente & Sociedade*, V. VII, nº 1, jan./jun..
- WELTER, E.; OBERGER, R.; VANZELLA, C.R. (2005): A Demonstração do Valor Adicionado – DVA: Um estudo de caso de uma cooperativa de eletrificação e desenvolvimento econômico. *Rev. Ciên. Empresariais*, Unipar, Toledo, V. 6, nº 2.

ZANOTELLI, S. (2011): *O Preço da Sustentabilidade*. Disponível em <http://www.revistasustentabilidade.com.br/artigos/o_preco_da_sustentabilidade>. Acesso em 19 de agosto de 2011.



Alexandre Costa Quintana

Doutorando em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Autor dos Livros: Fluxo de Caixa: Demonstrações Contábeis; Contabilidade Pública e Exame de Suficiência do CFC Comentado. Tem experiência na área de Contabilidade, com ênfase em Contabilidade Geral e Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: demonstração dos fluxos de caixa, contabilidade pública, transparência, micro e pequenas empresas, tecnologias da informação e comunicação na educação, finanças, pesquisa em contabilidade e organizações do terceiro setor.



Flávia Verônica Silva Jacques

Mestre em Ciências Contábeis - 2011 (UNISINOS), Especialista em Gestão Pública - 2006 (Faculdade Atlântico Sul), Bacharel em Ciências Contábeis - 2002 (Universidade Federal do Rio Grande FURG). Professora Assistente - Dedicção Exclusiva do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC) da Universidade Federal do Rio Grande e Coordenadora do Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Ciências Contábeis. Áreas de Atuação em Ensino e Pesquisas: Contabilidade Aplicada a área Pública, Contabilidade Comercial e Fiscal, Contabilidade e Gestão do Terceiro Setor, Auditoria e Evidenciação de Informações.



Alex Sandro Rodrigues Martins

Graduado e Especialista em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Atualmente Técnico em Contabilidade dessa Instituição. Trabalha com pesquisas voltadas para os temas : Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado e Contabilidade Ambiental.



Paula Roberta Pereira Costa Valle

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Trabalha na Empresa Incorporadora Ongaratto Ltda, na função de Auxiliar de Contabilidade. Realiza Pesquisas com ênfase nos seguintes assuntos: Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado e Contabilidade Ambiental.